

Relatório e Contas

2016

APDMF-CRESCERSER



Consultoria, Contabilidade e Fiscalidade, S.A.

ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

Contribuinte: 502574500

Moeda: EUR



BALANÇO em 31 de dezembro de 2016

Rubricas	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	310 896,91	330 081,10
Investimentos financeiros	8	2 696,01	1 360,46
Subtotal		313 592,92	331 441,56
Activo corrente			
Inventários	9	4 323,08	4 323,08
Estado e outros entes públicos	7	12,65	364,15
Outras contas a receber	6	17 581,37	762,90
Diferimentos		1 541,13	-1 634,80
Caixa e depósitos bancários	4	236 738,66	361 330,77
Subtotal		260 196,89	365 146,10
Total do activo		573 789,81	696 587,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		6 735,84	6 735,84
Resultados transitados		164 561,01	172 982,27
Outras variações de fundos patrimoniais	13	257 286,95	264 045,43
Subtotal		428 583,80	443 763,54
Resultado líquido do exercício		-150 759,24	-8 421,26
Total do fundo de capital		277 824,56	435 342,28
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos	7	40 155,75	39 886,82
Financiamentos obtidos		0,00	2 515,54
Outras contas a pagar	6	255 809,50	218 843,02
Subtotal		295 965,25	261 245,38
Total do Passivo		295 965,25	261 245,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		573 789,81	696 587,66

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

A Contabilista Certificada

ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

Moeda: EUR
Contribuinte: 502574500

Demonstração de resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2016 (ESNL)

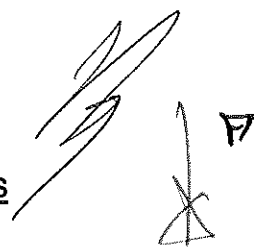
Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	11	3 230,00	4 515,00
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 973 691,91	2 031 020,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	-171 534,04	-170 909,89
Fornecimentos e serviços externos	14	-323 055,80	-335 722,04
Gastos com o pessoal	12	-1 609 666,31	-1 523 700,13
Outros rendimentos e ganhos		6 996,58	11 073,59
Outros gastos e perdas		-11 994,99	-485,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-132 332,65	15 791,97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-18 417,14	-23 933,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-150 749,79	-8 141,49
Juros e gastos similares suportados	8	-9,45	-279,77
Resultado antes de impostos		-150 759,24	-8 421,26
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-150 759,24	-8 421,26

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

A Contabilista Certificada

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e Família – Crescerser, Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida em 08 de agosto de 1986, tem como objetivo proceder ao estudo interdisciplinar das questões relativas à protecção judiciária e administrativa dos menores e da família, assim como promover, dinamizar e organizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar, sendo o seu âmbito nacional.

Para a prossecução dos objetivos já referidos, a APDMF-Crescerser dispõe de 7 Centros de Acolhimento onde trabalha em conjunto com profissionais de diversas formações de forma a permitir uma abordagem multidisciplinar e rigorosa, de cada caso acolhido.

A primeira casa a ser aberta foi a “Casa do Parque” situada em Carnaxide e com a capacidade para acolher 14 crianças. E 1991 foi construída de raiz pela Câmara Municipal de Cascais a “Casa da Encosta”, situada em Carcavelos e com a capacidade para acolher 12 crianças. Em 1994 com a ajuda da Câmara Municipal de Loures, abre a “Casa do Infantado”, situada em Loures e com lotação para 12 crianças. A “Casa de Cedofeita” é o primeiro Centro de Acolhimento a abrir no norte do País, um chalet cedido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 1996, na Cedofeita e tem lotação para apenas 10 crianças. Todas estas Casas destinam-se a crianças dos 0 meses aos 12 anos.

Abraçando novos desafios a APDFM-Crescerser, tem vindo a desenvolver actividades reconhecidas socialmente, designadamente em matéria de acolhimento de emergência, para crianças e jovens em situação de perigo e em 2004 inaugura a “Casa do Vale”, em cooperação com a Câmara Municipal do Porto, para acolher 13 jovens do sexo masculino, dos 12 aos 18 anos. Ainda em 2004 abre um novo Centro de Acolhimento em Lisboa, também para jovens do sexo masculino dos 12 aos 18 anos, designada por “Casa da Ameixoeira” que neste momento tem 10 jovens. Sempre com o intuito de fazer melhor e chegar a mais crianças e jovens, em 2007 conclui a construção da “Casa do Canto”, em Chão de Couce na zona centro do País. Construída de raiz com apoios do FEDER e OE, esta casa destina-se a Centro de Acolhimento e Lar para 23 jovens do sexo feminino dos 12 aos 18 anos.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as rectificações posteriores e de

acordo com a Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as Entidades do setor não lucrativo.



2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a APDMF-Crescenser avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu trabalho. Da avaliação resultou que tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por

parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito é mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos e abatimentos de volume concedidos. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2.-- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.-- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a APDMF-Crescerser espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser

utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	-	6 anos

3.2.2. -- IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A APDMF-Crescenser encontra-se isenta de IRC (Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas).

3.2.3. -- INVENTÁRIOS

O método de custeio dos inventários adoptado pela APDMF-Crescenser consiste no método de custo.

3.2.4. -- INSTRUMENTOS FINANCEIROS


Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço, quando a APDMF-Crescenser se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:



- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

3.2.5. -- RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da APDMF-Crescerser, nomeadamente as verbas recebidas pela Segurança Social dos acordos existentes, abonos de família, injunções, donativos recebidos pela comunidade civil e outros. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Quanto à actividade principal da Crescerser, concretiza-se mediante a concessão de prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo.

3.2.6. -- SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos na conta de "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período, durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

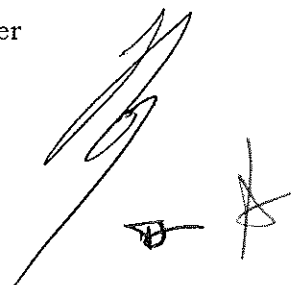
3.2.7. -- CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.8. -- BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego, não proporcionam a uma entidade futuros contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto

imediatamente.



3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Classificam-se em: benefícios de curto prazo e benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, (pagos dentro dos 12 meses).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Os órgãos directivos da Crescerser não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

3.3 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relacionadas de activos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.5 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso,

assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

Não existem valores de Caixa nem de Depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço. A APDMF dispõe de um depósito na Caixa Geral de Depósitos, mas trata-se de uma aplicação a curto prazo.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2015 detalha-se conforme se segue:

Rubrica	2016	2015
Caixa (Numerário)	3.662,26	2.526,08
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	228.076,40	233.804,69
Depósitos a Prazo	5.000,00	125.000,00
	236.738,66	361.330,77

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada

dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Total
Activos Fixos Tangíveis				
Quantia bruta escriturada inicial	674 335,29	2 435,40	183 010,14	859 780,83
Aumentos				0,00
Transferências e abates				0,00
Total geral	674 335,29	2 435,40	183 010,14	859 780,83
Depreciações Acumuladas				
Quantia bruta escriturada inicial	367 128,48	0,00	163 338,30	530 466,78
Movimentos do período:	11 722,37	137,50	6 557,27	18 417,14
Transferências e abates				0,00
Total geral	378 850,85	137,50	169 895,57	548 883,92
Quantia líquida escriturada final	295 484,44	2 297,90	13 114,57	310 896,91

NOTA 6. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

A rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Rubricas	2016	2015
Devedores diversos	16 030,37	
Credores por acréscimos		
Férias e subsídios de férias	208 408,60	178 400,90
Enc. Patronais de segurança social	45 849,90	39 248,17
Outros	0,00	103,10
	254 258,50	217 752,17

NOTA 7. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

A rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição

Rubricas	2016	2015
Estado e Outros Entes Publicos		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção na fonte - juros bancários	12,65	111,15
IVA reembolsos pedidos	0,00	253,00
	<u>12,65</u>	<u>364,15</u>
Impostos a pagar		
Retenção sobre trabalho dependente	10 050,00	9 921,00
Retenção sobre rendimentos profissionais	182,9	81,87
Segurança social	29 100,57	28 925,08
Fundo de compensação do trabalho	822,28	958,87
	<u>40 155,75</u>	<u>39 886,82</u>

NOTA 8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

No decurso do período findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, foi levado a gasto do período, os custos do empréstimo obtido. Esses montantes são detalhados conforme se segue:

Gastos e Perdas de Financiamento	2016	2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	9,45	279,77

NOTA 9. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2016, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Quadros oferecidos para reverter em donativos para a APDMF-Crescerser -- 4.323,08 euros.

NOTA 10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31/12/2016, a Entidade apresentava o valor de 2.696,01 euros, no Fundo de Reestruturação do setor Solidário.

NOTA 11. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2015 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2016	2015
Prestações de Serviços		
Quotizações	3 230,00	4 515,00
	3 230,00	4 515,00
Subsidios,Doações e Legados à Exploração		
Centro Regional Segurança Social	1 396 349,16	1 378 425,21
CRSS-Outros	61 051,27	55 549,23
Autarquias	34 584,74	30 438,00
Injunções dos Tribunais	38 146,37	41 381,50
Outros	50 621,77	62 065,16
Subsidios de Outras Entidades	82 178,30	101 196,99
Doações e Heranças	310 760,30	361 964,60
	1 973 691,91	2 031 020,69

Rubricas	2016	2015
Subsidios,Doações e Legados à Exploração		
Centro Regional Segurança Social	1 396 349,16	1 378 425,21
CRSS-Outros	58 081,03	55 549,23
Autarquias:	34 584,74	30 438,00
Camara Municipal de Cascais	26 184,74	26 338,00
Camara Municipal de Loures	1 800,00	1 800,00
Camara Municipal de Oeiras	1 600,00	1 600,00
Junta de Freguesia de Carcavelos	5 000,00	700,00
Injunções dos Tribunais	38 146,37	41 381,50
Outros:	50 621,77	62 065,16
Consignação do IRS	38 011,03	29 861,64
Estágios Profissionais	12 610,74	32 203,52
Subsidios de Outras Entidades:	82 178,30	101 196,99
Jeronimo Martins	21 060,00	21 010,00
Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	2 750,00
União Meridianos Portugal	0,00	1 000,00
Cartão Solidário-Repsol	9 742,75	10 535,41
J.F.Fernandes Memorial Trust	44 401,03	45 688,94
Charities Aid Foundation América	961,20	20 212,64
Montepio-Corrída Pelicas	6 013,32	0,00
Doações e Heranças:	310 760,30	361 964,60
Donativos em Dinheiro	138 842,47	195 550,91
Banco BPI	30 000,00	31 200,00
EURA – European Relocation Association		20 000,00
SAG GEST – Soluções Automóvel Globais	11 000,00	11 000,00
Pingo Doce		10 000,00
BNP Paribas		9 840,40
Fundação Portugal Telecom	8 000,00	0,00
Outros	89 842,47	113 510,51
Donativos em Géneros	171 917,83	166 413,69
Pingo Doce	29 736,24	33 994,75
Lactogal	31 395,54	25 186,33
Outros	110 786,05	107 232,61
	1 970 721,67	2 031 020,69

NOTA 12. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da APDMF-Crescenser em 31/12/2016 foi de 98 empregados.

Rubricas	2016	2015
Custos Com Pessoal		
Remunerações do pessoal	1.297.394,19	1.204635,79
Indeminizações	12.995,83	
Encargos sobre remunerações	278.644,02	248.401,74
Seguros de acidentes de trabalho	12.928,09	6.281,20
Outros gastos com pessoal	4.704,18	5.969,61
	1.606.666,31	1.465.288,64

NOTA 13. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

No decurso do período findo em 31/12/2016 e em 31/12/2015, o valor gasto nesta rubrica assim como os bens doados são os detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	2016	2015
Custo das matérias consumidas		
Géneros alimentares	171.534,02	170.909,89
Doados: Pela comunidade civil	103.122,96	111.938,72
Doados: A Famílias carenciadas	18.079,46	13.642,31

NOTA 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No decurso do período findo em 31/12/2016 e em 31/12/2015, o valor gasto nesta rubrica assim como os bens doados são os detalhados no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Subcontratos	6 460,41	7 055,84
Serviços Especializados	68 267,92	91 597,14
Materiais	67 118,69	50 994,44
Energia e Fluidos	69 594,03	70 416,70
Deslocações e Estadas	24 507,36	31 768,87
Serviços Diversos	84 262,92	83 889,05
Total	320 211,33	335 722,04

Doados	2016	2015
Serviços Especializados	1 250,00	175,00
Materiais	42 801,59	25 143,29
Energia e Fluidos	4 332,90	4 776,85
Deslocações e Estadas	3 248,25	1 787,40
Serviços Diversos	4 090,00	823,00
Outros	5 275,00	0,00
Total	60 997,74	32 705,54

NOTA 15. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica de subsídios e doações apresentava valores em 31/12/2015 como indicado no quadro seguinte:

Subsídios	Ano início	Valor	Taxa %	Amortização Acumulada	Amortização Anual	Saldo
Subsídios						
Edifícios e outras construções						
FEDER-Construção Casa Canto	2008	169 707,99	2	27 153,28	3 394,16	139 160,55
OE-Construção Casa do Canto	2008	121 178,51	2	19 388,56	2 423,57	99 366,38
Total		290 886,50		46 541,84	5 817,73	238 526,93
Ativos Fixos Tangíveis						
Construção Casa do Canto	2008	431 429,19	2	77 658,25	8 975,08	344 795,86
Doações						
Projeto Chão de Couce	2008	23 450,00	2	4 221,00	469,00	18 760,00
Total		23 450,00		4221,00	469,00	18 760,00
Ativos Fixos Tangíveis						
Projeto Chão de Couce	2008	23 450,00	2	4 221,00	469,00	18 760,00
Total		23 450,00		4221,00	469,00	18760,00
Total de subsídios		290 886,50		46 541,84	5 817,73	238 526,93
Total de donativos		23 450,00		4 221,00	469,00	18 760,00

NOTA 16.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não houve acontecimentos ocorridos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras.

Lisboa, 17 de Março de 2017

A Direção

A Contabilista Certificada


ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

CONTRIBUINTE N°502574500
Moeda: EUR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2016	31.12.2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		3.230,00	4.515,00
Pagamentos a fornecedores		-334.667,00	-228.278,52
Pagamentos ao pessoal		-1.006.614,67	-1.306.052,06
Caixa gerada pelas operações		-1.338.051,67	-1.529.815,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		38.011,03	29.861,64
Outros recebimentos/pagamentos		1.182.893,38	1.501.430,41
Fluxos de Caixa das actividades operacionais (1)		-117.147,26	1.476,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.435,40	-27.329,09
Fluxos de Caixa das actividades de Investimento (2)		-2.435,40	-27.329,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	1.023,34
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-7.854,60
Juros e gastos similares		-9,45	-279,77
Fluxos de Caixa das actividades de financiamento (3)		-9,45	-7.111,03
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-119.592,11	-32.963,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		351.330,77	384.294,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	231.738,66	351.330,77

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção



FJP

A Contabilista Certificada




Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2015

Contribuinte nº502574500

Descrição		Capital Subscrito	Resultados Transitados	Outras Variações do Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total Capital Próprio
Posição no início do período 2015	1	6 735,84	142 497,22	273 928,91	30 485,05	453 647,02
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			30 485,05	-9 883,48	-30 485,05	-9 883,48
	2	0,00	30 485,05	-9 883,48	0,00	443 763,54
Resultado líquido do período	3				-8 421,26	-8 421,26
RESULTADO INTEGRAL	4= 2+3					435 342,28
Posição no fim do período 2015	6 = 1+2+3+5	6 735,84	172 982,27	264 045,43	-8 421,26	435 342,28

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção



A Contabilista Certificada



Valores expressos em Euros


Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2016

Descrição		Capital Subscrito	Resultados Transitados	Outras Variações do Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total Capital Próprio
Posição no início do período 2016	1	6 735,84	172 982,27	264 045,43	-8 421,26	435 342,28
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-8 421,26	-6 758,48	8 421,26	-6 758,48
	2	6 735,84	164 561,01	257 286,95	0,00	428 583,80
Resultado Líquido do período	3				-150 759,24	-150 759,24
RESULTADO INTEGRAL	4= 2+3					277 824,56
Posição no fim do período 2016	6 = 1+2+3+5	6 735,84	164 561,01	257 286,95	-150 759,24	277 824,56

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção





A Contabilista Certificada

